



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Câmara Municipal de Mangaratiba**



PROJETO DE LEI Nº 70/2017

**“DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CÍVIL NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º** - Fica instituído ao responsável da construção avisar a secretaria competente sobre a construção em andamento, com antecedência de 30 dias antes do começo da construção.

**Art. 2º** - A colocação de resíduos de obra em vias públicas ou em calçadas implicará em pagamento de multa direcionada ao proprietário do imóvel que está sendo realizado a construção.

**Art. 3º** - Caberá a secretaria competente colocar uma caçamba para esses resíduos.

**Art. 4º** - Fica a dever da secretaria competente providenciar uma área licenciada para descarte desses restos de materiais.

**Art. 5º** - Assim que for solicitado a caçamba, o munícipe ou construtora tem de informar que tipo de entulho será descartado.

**Parágrafo único:** Se, nas caçambas, forem acondicionados outros resíduos que não o declarado, como lixo orgânico, por exemplo, os geradores ficam sujeitos a uma multa.

**Art. 6º** - A caçamba ficará até 6 meses emprestada com o munícipe, se precisar de mais tempo, outro pedido deverá ser feito.

**Art. 7º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2017.

*Somente Consulta*  
Davi dos Santos Farias  
(Drº. Davi)  
Vereador Autor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Câmara Municipal de Mangaratiba*



*Somente Consulta*

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei se faz necessário devido ao que segue:

A construção civil é um importante segmento da indústria tida com um importante indicativo do crescimento econômico e social. Normalmente é um dos primeiros segmentos a sofrerem impactos diretos da economia, podendo ter crescimentos expressivos ou mesmo passar por recessão de acordo com a saúde financeira do país em questão.

Contudo, também constitui uma atividade geradora de impactos ambientais e seus resíduos têm representado um grande problema para ser administrado. Além do intenso consumo de recursos naturais, os grandes empreendimentos colaboram com a alteração da paisagem e, como todas as demais atividades da sociedade, geram resíduos.

Com isso encontramos grande dificuldades de conciliar sua atividade produtiva e lucrativa com o desenvolvimento sustentável consciente. O Município deve ter um gerenciamento adequado para evitar que sejam abandonados e se acumulem em margens de rios, terrenos baldios ou outros locais inapropriados.

De forma geral, os Resíduos Sólidos da Construção Civil são vistos como resíduos de baixa periculosidade, sendo o impacto causado pelo grande volume gerado. Contudo, a disposição irregular desses resíduos pode gerar problemas de ordem estética, ambiental e de saúde pública pois nesses resíduos também há presença de material orgânico, produtos químicos, tóxicos e de embalagens diversas que podem acumular água e favorecer a proliferação de insetos e de outros vetores de doenças e podem representar um grave problema em nosso Município.

Por isso temos o dever de estabelecer diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil no Município, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais e definir o fim que se dará aos Resíduos Sólidos da Construção Civil.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2017.

*Somente Consulta*

Davi dos Santos Farias

(Drº. Davi)

Vereador Autor